

História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina

Cláudio Roberto Antunes Scherer Júnior

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

claudioschererjr@yahoo.com.br

Resenha da obra: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. 281 p. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

O livro *História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina* tem por objetivo, como o próprio título explicita, trazer à tona uma outra História sobre os indivíduos de origem africana que habitaram a atual Florianópolis entre os séculos XVIII e XX. A intenção é mostrar a diversidade com que o sujeito histórico negro pode ser retratado, contrastando com a ideia de que eram apenas mão-de-obra do passado ou protagonistas de situações pitorescas, como as lavadeiras dos rios e córregos, ou os que transportavam água potável e dejetos das casas. O negro nessa História diversa foi protagonista de inúmeras outras situações do cotidiano da cidade, apesar da historiografia oficial minimizar sua participação, de criar certa 'invisibilidade' dessa presença de africanos e de seus descendentes na memória histórica de Santa Catarina e dos demais estados do sul do Brasil.

A autora Beatriz Gallotti Mamigonian é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História pela *University of Waterloo* (Canadá), se dedica à pesquisa e ao ensino na área de História da Diáspora Africana. Coordena, com Andréa Ferreira Delgado, o programa de extensão Santa Afro Catarina: educação patrimonial e a presença de africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Joseane Zimmermann Vidal é professora de História da Rede Municipal de Florianópolis. Concluiu o Mestrado em História do Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina em 1996.

As pesquisas formadoras desse livro ancoram-se na História Social, fundamentadas por uma investigação baseado em documentos de arquivos muitas vezes inéditos, que

buscam inserir Santa Catarina na história do Atlântico Negro, e mostrar que os africanos e afrodescendentes, fossem eles escravos, libertos ou livres, foram protagonistas da história, e suportando todo tipo de violência, desde a travessia atlântica até os horrores da escravidão em nossas terras, deixaram marcas nas sociedades em que viveram, sendo através dessas marcas, que problematizadas, pode-se chegar até essas histórias diversas.

O livro é uma coletânea de doze trabalhos, divididos em doze capítulos, cada qual com seu/seus autores. Para a realização dessa resenha cada capítulo foi tratado dentro de seu espaço, ou seja, cada capítulo foi analisado individualmente. Porém, todos seguem uma ideia coesa, fazendo possível uma análise do conteúdo do livro como um todo, pois os caminhos metodológicos e o objeto, ou seja, os africanos/afrodescendentes foram um meio comum entre os artigos. Para fins interpretativos, cada parágrafo, daqui em diante, resumirá e analisará um capítulo da obra.

O primeiro capítulo escrito numa parceria entre Beatriz Gallotti Mamigonian e Vitor Hugo Bastos Cardoso, mestre em História pela UFSC, traça um caminho pelos primórdios da escravidão presente na Ilha de Santa Catarina. Através de um relato de mortes de escravos recém-chegados à ilha, os autores introduzem seu trabalho que visa, principalmente, mostrar que houve escravidão, que houve comércio escravo e além disso houve inclusive um incipiente tráfico atlântico, ou seja, embarcações saíam da então Desterro tendo como destino a costa africana. Lógico que eram embarcações providas de outras partes da colônia, mas é interessante constatar essa possível ligação entre Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, e a costa da África. Pesquisando principalmente em fontes eclesásticas, mais precisamente nos livros de batismos, os autores explicitam dados sobre a quantidade, sobre os proprietários e em alguns casos a origem dos escravos e seus laços de solidariedade e compadrio, estratégias de resistência empregada pelos escravos mais antigos da região.

No capítulo seguinte Fernanda Zimmermann, mestre em História pela UFSC, focaliza sua pesquisa na Armação baleeira da Lagoinha (sul da ilha de Florianópolis), de seu *modus operandi* e principalmente na importante participação da mão-de-obra escrava no empreendimento da caça as baleias. Tendo como fonte o Inventário dos bens da Armação da Lagoinha de 1816 a autora resgata várias informações sobre as armações baleeiras nos anos finais de seu funcionamento. As especificidades do trabalho dos escravos das armações, as ferramentas utilizadas e as cruéis técnicas de caça, abate e carneamento das baleias para a produção de seus variados produtos que vão desde óleo até peças de vestimentas europeias. Esse trabalho nos mostra a importante e volumosa presença de escravos nas armações baleeiras. No caso estudado, em 1816, eram 46 cativos,

um número elevado se levarmos em conta se tratar de Santa Catarina. Um grande ponto positivo desse capítulo é o fato da autora ter esquematizado diversas tabelas sobre os escravos com os dados encontrados no inventário estudado.

No capítulo três, escrito por Ana Carla Bastos, bacharel e licenciada em História pela UFSC, nos debruçamos sobre uma específica localidade da ilha de Santa Catarina, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa no século XVIII e XIX, atual Lagoa da Conceição, leste da ilha. Através de sua pesquisa conseguimos visualizar uma importante característica econômica da Ilha de Santa Catarina e do Brasil como um todo, a produção da farinha de mandioca, principal alimento da população de então. Nesse capítulo a historiadora consegue entrelaçar a existência da pequena produção agrícola, ligada fundamentalmente ao cultivo da mandioca e a existência da pequena propriedade escrava, isso quer dizer, entre um e cinco escravos obtidos graças às vendas dos excedentes produzidos e comercializados interna e externamente, ou seja, para fora da província de Santa Catarina.

O quarto capítulo expõe uma história pouco contada sobre os negros, escravos e libertos, residentes em Desterro: suas irmandades. Claudia Mortari Malavota, doutora pela PUC-RS e professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), elegeu um personagem africano, o forro Francisco de Quadros, e percorreu seus caminhos ao longo de sua vida permeada pela sua relação com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Desterro. A autora nos mostra desde as origens das irmandades no mundo, até as especificidades presentes nas associações religiosas no Brasil, principalmente a existência das irmandades criadas e geridas por negros, escravos e libertos. O fator religioso era importante para os escravos e ex-escravos, e mais do que amparo religioso, as irmandades colaboravam em diferentes tipos de estratégias de solidariedades: enterro, sufrágio da alma, educação de órfãos e a compra da alforria dos escravos. O texto nos traz informações muito interessantes acerca das irmandades de negros, apesar de não trabalhar com a ideia de um certo interesse por parte dos senhores em ter seus escravos participantes dessas irmandades, pois além de se desonerar de certos gastos, ocupava o tempo livre de seus cativos e ainda servia para vigiar o destino da renda extra de seus escravos, que tinham de pagar anuidades às irmandades.

Da religião para as festas. O capítulo cinco resgata através de relatos de viajantes as práticas festivas públicas ocorridas em Desterro, festas estas ligadas aos festejos de natal e as irmandades de “homens pretos”. Jaime José dos Santos Silva, graduado e mestre em História pela UFSC, apresenta o lado dos festejos dos escravos, mas talvez também de

resistência; em seu trabalho os escravos e libertos encontram-se imbrincados numa disputa de poder onde de um lado o poder público, após a independência do Brasil, visava um maior controle da esfera pública com leis e normas que vislumbravam o ideal de civilização, e do outro lado pretos, pardos e crioulos escravos e forros lutavam para manter suas práticas e festas religiosas, numa mistura entre o catolicismo e as religiões advindas da África. Em seu texto Jaime Silva consegue sintetizar as intenções, muitas vezes mascaradas, de ambos os lados e as estratégias utilizadas na busca por interesses de um grupo e controle de outro.

Martha Rebelatto é doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e escreveu o sexto capítulo da obra aqui resenhada, que tem como objeto de estudos os quilombos e as fugas escravas na Ilha de Santa Catarina. Em primeiro lugar, sim, existiram quilombos em Santa Catarina. Porém, muito se diferenciavam do imaginário de quilombo comumente propagado, tendo como base o Quilombo de Palmares. Eram estruturas simples que serviam como lugares de passagem, como abrigos temporários. A maioria dos relatos que chegaram até nossos dias desses quilombos são de origem policial, que devido às denúncias de constantes furtos feitos pelos quilombolas, era obrigada a tomar alguma atitude repreensiva. O grande destaque desse trabalho é com certeza a parte que trata das “Fugas marítimas”, pois sendo um lugar de destino de muitas embarcações, inclusive estrangeiras, a Ilha de SC foi palco de histórias dignas de cinema, como a do escravo fugitivo Frutuoso, que após uma bem-sucedida fuga numa barca estadunidense, retorna anos depois num baleeiro dos EUA e auxilia na fuga de mais sete escravos; conseguindo zarpar antes das autoridades policiais agirem. As fugas mais do que uma atitude de desespero, eram também estratégias de resistência e negociações com os senhores, que se viam muitas vezes obrigados a aceitarem alguns termos impostos pelos seus escravos, com vistas a manter o controle e domínio sobre seus cativos.

O capítulo sete, escrito por Fabiane Popinigis, historiadora doutora pela UNICAMP e professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, permeia as histórias envolvendo o comércio, principalmente de gêneros alimentícios, em Desterro ao longo do século XIX. Seu artigo percorre as discussões e debates entorno da construção do primeiro mercado público de Desterro e de sua posterior administração. Através das histórias sobre o mercado, a autora apresenta alguns personagens negros, escravos e forros, e suas relações com o comércio de alguns víveres, ou seja, venda de quitutes, peixe, carne, comida pronta, etc. nas quais os negros de Desterro eram atuantes. Mostra também como através desses trabalhos, muitos desses negros e negras conseguiam destaque, sendo atuantes na produção ou comercialização

desses gêneros, apesar das dificuldades e restrições impostas pelas autoridades na busca por um ideal de nação que excluiria esses grupos.

Rafael da Cunha Scheffer, autor do oitavo capítulo, é doutor em História Social pela UNICAMP. Em seu artigo, o historiador traça os caminhos do principal comerciante de escravos de Desterro no século XIX, assassinado em 1885. Através de notícias em periódicos, inventários e depoimentos jurídicos, conseguimos visualizar um pouco do cotidiano, das relações: comerciais e afetivas, e principalmente do modo de vida de um comerciante de escravos. Além disso, compreendemos o funcionamento do tráfico interprovincial e a ligação da Província de Santa Catarina, enquanto fornecedora de escravos, para alimentar os estados do Sudeste, principal mercado captador desse comércio no período. O desfecho do trabalho é a versão final de seu homicídio, elucidado e relacionado ao comércio de almas.

O nono capítulo, foi escrito por Henrique Espada Lima, professor do Departamento de História da UFSC, doutor em História pela UNICAMP. Através de diferentes tipos de fontes, o autor inicia abordando as origens dos negros de Nossa Senhora do Desterro, apresenta também um panorama quantitativo da escravidão, fornecendo dados interessantes acerca do número de escravos e libertos que residiram na Ilha de Santa Catarina ao longo dos séculos XVIII à XIX. Suas diferentes finalidades, ou seja, como escravos de ganho, doméstico ou do eito, bem como as diferentes formas de relações escravistas, nem sempre permeadas apenas pelas violências físicas. O grande propósito de sua pesquisa se insere na análise dos meios pelos quais os negros escravos de Desterro conseguiam sua liberdade. A partir disso, vários exemplos são apresentados de diferentes possibilidades: acordos e acertos a cerca das liberdades condicionadas, alforrias compradas (seja por empréstimo, seja com as economias advindas de rendas extras), legislações como a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. Ao fim demonstra os desacertos e interesses, talvez presentes, em alguns “aboliconistas” que viam, com a chegada dos ventos da liberdade, um horizonte de possibilidades na exploração da mão-de-obra negra agora livre/dependente.

O décimo capítulo, escrito por Elizabete Maria Espíndola, professora e vice coordenadora do curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), aborda um pouco da vida do poeta simbolista Cruz e Sousa, nascido em Desterro em 1861, filho de pai escravo e mãe liberta. O artigo trata principalmente do início da vida do poeta e das dificuldades de ser um negro tentando entrar no mundo das letras, ou melhor, no mundo branco racista das letras. Sua juventude ligada ao teatro, e depois sua ida para o Rio de Janeiro em busca de novos ares e de melhores condições de vida, o encontro com

sua esposa e o trabalho no jornal *O Moleque*, criado e mantido pelo grupo de jovens com os quais Cruz e Sousa mantinha relações pessoais são tratados no artigo. O capítulo consegue apresentar a angústia de ser uma pessoa com talento em busca de seus sonhos, mas que devido a sua condição de negro, descendente de escravos, teve de enfrentar todos os desafios e barreiras impostas por uma sociedade estratificada e engessada com a mentalidade das relações escravistas recentemente terminadas.

O capítulo onze foi escrito por Maurício Oliveira, jornalista e mestre em História pela UFSC, e tem como assunto principal a passagem e morte em Florianópolis de Patápio Silva, famoso flautista, em 1907. O artigo transita pelas histórias entorno da morte do músico, que estava em turnê pelo Brasil a fim de angariar fundos para estudar música na Europa. A misteriosa morte do flautista, que tinha apenas 26 anos, gerou inúmeros boatos, inclusive sobre um suposto envenenamento. A História de Patápio é exemplo de superação, pois sendo mestiço, causava olhares incrédulos quando tocava nos grandes salões para a elite brasileira, que ficava estupefata diante de tamanho talento. Patápio Silva nem chegou a tocar em Florianópolis, cidade onde seus sonhos tiveram um inesperado fim.

O último capítulo trata de um tema relacionado aos afrodescendentes de um período recente da História da Ilha de Santa Catarina, os anos de 1930 e 1940. Maria das Graças Maria, professora aposentada da rede estadual de ensino de Santa Catarina e mestre em História pela UFSC, pesquisou sobre os clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 30 e 40. Em seu trabalho, fundamentado principalmente em entrevistas feitas pela historiadora, ela resgata as histórias da criação e funcionamento do clube União Recreativa 25 de Dezembro, que ficava no atual bairro da Agrônômica em Florianópolis. Fundado e gerido por negros o clube não aceitava pessoas brancas no salão de dança, estes podiam apenas ficar no bar. Ao longo do artigo a autora mostra algumas regras e normas impostas aos usuários, principalmente às mulheres, para a manutenção da ordem e da respeitabilidade entre os sócios e também perante a sociedade. O texto é marcado por discussões acerca das relações de gênero, onde os papéis sexuais dentro e fora dos clubes sejam eles de negros ou não, não se alteravam, e a mulher, independente da cor da pele, estava sujeita a vontade dos homens, sejam os da família, sejam os dirigentes dos clubes.

O livro *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina* é coerente com sua proposta inicial, não é o tipo de trabalho que o título e a introdução dizem algo que não é cumprido ao longo da leitura da obra, como acontece em inúmeras pesquisas que se debruçam sobre o passado de difícil acesso de fontes e informações.

Escrever sobre os negros e negras da história de Florianópolis é ‘escovar a história a contrapelo’ para utilizarmos a famosa afirmação de Walter Benjamin, é fazer o exercício de escrever sobre o vencido, sobre aquilo considerado muitas vezes como sem importância ou mesmo não existente. Ao resgatar as Histórias dos africanos e afrodescendentes da Ilha de Santa Catarina os pesquisadores envolvidos na confecção do livro explicitam uma parte do passado de Santa Catarina que muitas vezes é completamente invisível nas escolas de ensino básico, nas instituições de ensino superior, e por consequência, na sociedade em geral.

As pesquisas formadoras desse livro são obras fundamentais para todo aquele interessado sobre o tema, seja um historiador e professor ou uma pessoa leiga. A fácil leitura e compreensão dos assuntos tratados nos mostram a preocupação e o cuidado com a construção do livro, evidente ao fim da leitura, pois ele foi montado seguindo uma lógica temporal na sequência dos capítulos, dos que abordam épocas mais remotas aos sobre tempos mais perto do presente sem perder de vista o sujeito negro da História.

Uma das principais conclusões que podemos chegar ao término da leitura dessa obra é constatar que apesar de pequena e distante dos principais centros urbanos do Brasil, a ilha de Santa Catarina dos séculos XVIII, XIX e início do XX, sempre esteve inserida nas mudanças e influências sociais e econômicas brasileiras, servindo como modelo e exemplo das relações e transformações das relações com o sujeito negro ao longo do tempo.

O foco do livro é a Ilha de Santa Catarina e regiões adjacentes, atual Grande Florianópolis, logicamente que o acesso às fontes deve ter sido um fator determinante, mas não devemos pensar que os africanos e seus descendentes não habitaram outras regiões do atual estado de Santa Catarina, talvez outros trabalhos no futuro devam ampliar essa busca, localizando outras histórias de negros e negras que aqui viveram, construindo uma História mais colorida para SC, uma História muito mais diversa.

SOBRE O AUTOR

Cláudio Roberto Antunes Scherer Júnior é mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em 13/01/2017

Aceito em 04/05/2017